

# Comissão paritária controlará

As cidades brasileiras terão comissões paritárias formadas por professores, representando seus sindicatos, comissão de pais e alunos e mais a direção das escolas. A proposta apresentada pelo Sindicato dos Professores de São Paulo foi aprovada, quarta-feira, pelo ministro da Educação, Hugo Napoleão, que prometeu incluí-la no novo decreto que substituirá o atual que liberou as mensalidades escolares a partir de fevereiro.

A idéia do sindicato, agora aprovada pelo ministro, é melhorar a qualidade do ensino com a participação direta dos principais envolvidos com a escola — pais, professores e sua direção — e que melhor a conhecem, podendo analisar, com critério, se ela merece índices maiores de reajuste. A partir de agora, o reajuste das mensalidades escolares será feita com base na URP.

Acompanhados da deputada Ruth Escobar, Fábio Zambon e Celso Napolitano, presidente e vice-presidente do Sindicato dos Profes-

sores de São Paulo, mostraram ao ministro em seu gabinete, em Brasília, que a liberdade vigiada, instituída pelo governo, "não tinha nenhuma vigilância". O motivo é simples: o Decreto nº 95.720 permitia que somente diretórios acadêmicos e associações de pais e mestres apresentassem reclamações sobre abusos praticados pelas escolas.

A situação, na prática, sempre foi muito desfavorável a professores, pais e alunos. As escolas, segundo Fábio Zambon e Celso Napolitano, praticamente continuaram, depois da aprovação do decreto, sem APMs e com a falta de vigilância dos Conselhos Estaduais de Educação. "As APMs nunca interessaram às escolas e, por isso, elas não foram estruturadas. Mesmo nas escolas em que elas puderam se constituir, os pais não eram ouvidos nem tinham direito a reclamar de nada", diz Zambon.

Mais recentemente, o Conselho Estadual de Educação "ficou ar-

gúindo sua própria competência em fiscalizar os preços das escolas". Já a Comissão de Encargos Educacionais teve vários problemas "por não representar suas bases", diz Zambon.

Durante a conversa, Hugo Napoleão quis saber se o Sindicato dos Professores de São Paulo teria condições de participar de uma comissão paritária. Resposta de Zambon: "O sindicato tem toda a estrutura necessária para isso, os pais têm interesse em se organizar em comissões e até as próprias escolas dirigidas efetivamente por educadores". Segundo ele, essa iniciativa servirá para "desmascarar os comerciantes do ensino que tratam a escola como se ela fosse uma mercadoria".

Otimistas, Fábio Zambon e Celso Napolitano acreditam que as comissões paritárias "vão tirar um peso" do Conselho Estadual de Educação e que o dinheiro aplicado pelos pais será revertido na melhoria da qualidade de ensino oferecida a seus filhos.